

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

## Situação atual

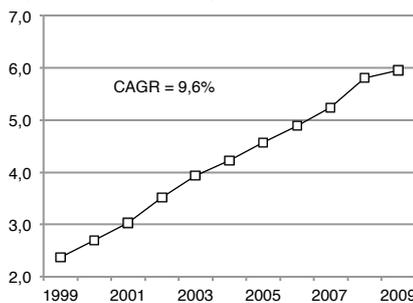
### Chegamos a 6 milhões de alunos, faltam 4

Em 10 anos, o Brasil praticamente triplicou a sua base de alunos na Educação Superior, saindo de 2,4 milhões de matrículas em 1999 e chegando a 6 milhões em 2009, com um crescimento médio anual de 9,6%.

O principal motor desse crescimento foi o setor privado, que cresceu numa velocidade praticamente o dobro daquela observada no setor público.

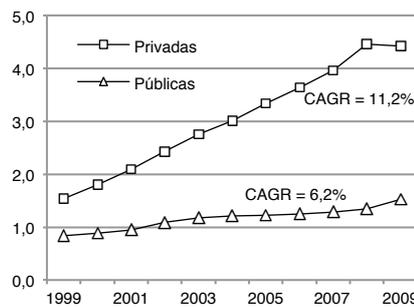
Destaque também para a Educação a Distância, cujos dados passaram a ser contabilizados pelo INEP/MEC em 2001, com pouco mais de 5 mil alunos matriculados, chegando a mais de 800 mil alunos em 2009, o que corresponde a 14,1% da base total de alunos.

**Figura 1 - Matrículas em cursos presenciais e a distância**  
(em milhões de matrículas)



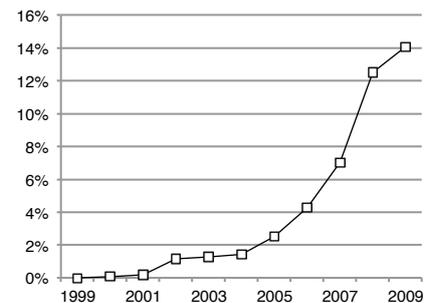
Fonte: INEP/MEC

**Figura 2 - Matrículas em IES privadas e públicas**  
(em milhões de matrículas)



Fonte: INEP/MEC

**Figura 3 - Matrículas em cursos a distância**  
(em porcentagem do total de matrículas)



Fonte: INEP/MEC

### É crescente a taxa de escolarização, mas ainda está baixa em termos mundiais

Desde 2002, a população brasileira em idade universitária praticamente não cresceu o que tem contribuído para aumento da taxa de escolaridade superior bruta, saindo de 10,6% em 1999 e chegando a 24,7% em 2009 para a faixa entre 18 e 24 anos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 1 - Taxa de Escolarização Superior Bruta**

Ano	Pop. 18 a 22 anos <sup>1</sup>	Pop. 18 a 24 anos <sup>1</sup>	Matrículas Ed. Sup. <sup>2</sup>	Taxa Esc. 18 a 22 <sup>3</sup>	Taxa Esc. 18 a 24 <sup>3</sup>
1999	16,4	22,4	2,4	14,4%	10,6%
2000	16,8	22,9	2,7	16,0%	11,8%
2001	17,2	23,5	3,0	17,6%	12,9%
2002	17,6	24,0	3,5	20,0%	14,7%
2003	17,8	24,4	3,9	22,1%	16,1%
2004	17,9	24,7	4,2	23,6%	17,1%
2005	17,8	24,8	4,6	25,6%	18,4%
2006	17,7	24,8	4,9	27,5%	19,7%
2007	17,5	24,7	5,3	29,9%	21,3%
2008	17,3	24,5	5,8	33,6%	23,7%
2009	17,0	24,2	6,0	34,9%	24,7%

<sup>1</sup> Fonte: IBGE - Projeção da População, <sup>2</sup> Fonte: INEP / MEC, <sup>3</sup> Calculado pelo autor

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

## Taxa de Escolaridade Bruta

Número de alunos matriculados de qualquer idade dividido pela população em determinada faixa etária.

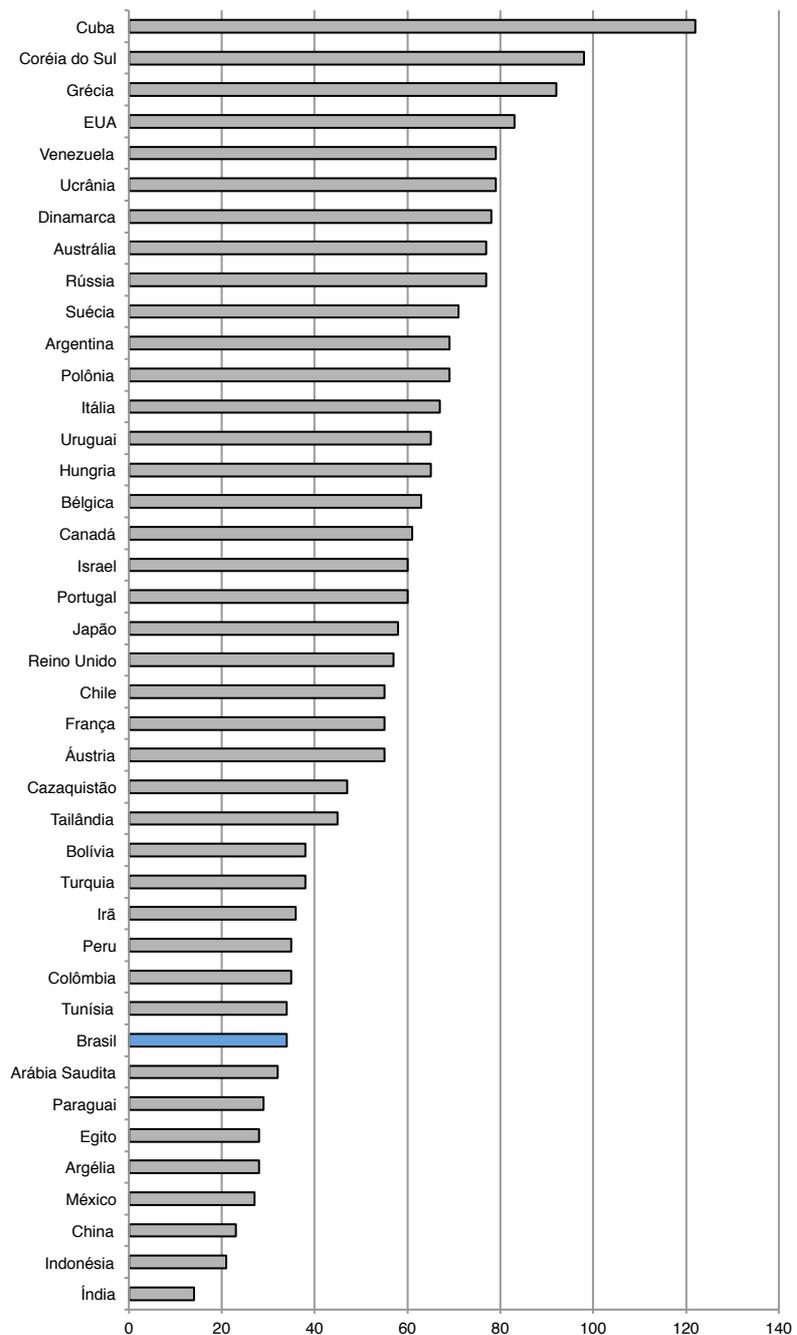
## Taxa de Escolaridade Líquida

Número de alunos matriculados de uma determinada faixa etária dividido pela população dessa mesma faixa etária.

No que se refere à Taxa de Escolaridade Superior Líquida, segundo a OCDE, em 2008 (último dado disponível) o Brasil possuía 3,1 de pessoas com 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior, o que dá uma taxa de 12,8%.

Além da taxa de escolaridade para a faixa de 18 a 24 anos, usualmente presente em estudos brasileiros, a Tabela 1 exibe a taxa de escolaridade para a faixa de 18 a 22 anos, faixa utilizada pela UNESCO e pela qual é possível ter comparações internacionais. Assim, com base nos valores da UNESCO é possível notar que, em termos internacionais, a taxa de escolaridade superior brasileira ainda é muito baixa, colocando o Brasil atrás de praticamente todos os países desenvolvidos, bem como de vários países em desenvolvimento.

Figura 4 – Taxa de Escolaridade Superior Bruta de 2008 em países selecionados



Fonte: UNESCO (alunos matriculados na Educação Superior divididos pela população de 18 a 22 anos)

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

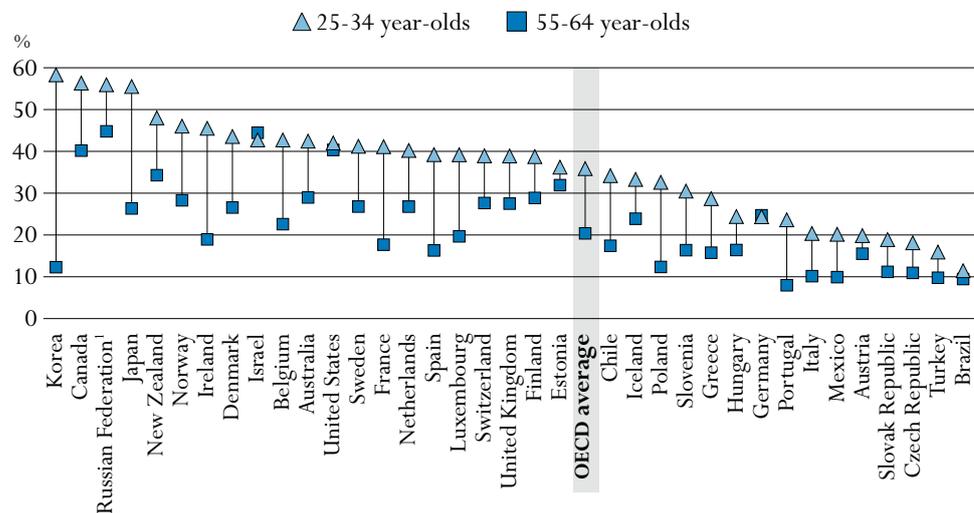
## A experiência internacional

Segundo estimativas do IBGE, em 2020 a população de 18 a 22 anos permanecerá a mesma, ao redor de 17 milhões. Se for atingida a meta de 10 milhões de alunos nesse ano, a taxa de escolaridade bruta (padrão UNESCO) chegará a 58,3%, o que deixará o Brasil ainda atrás da Grécia, Venezuela, Argentina e Uruguai.

Para a faixa de 18 a 24 anos e de acordo com as projeções populacionais do IBGE para 2020, os 10 milhões de alunos representarão uma taxa de 42,1%, abaixo da meta de 50% proposta pelo MEC na minuta do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020, apresentada ao Congresso Nacional.

Outro dado que ilustra o atraso do Brasil em termos de inclusão na Educação Superior é o relatório publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2010, conforme exibido a seguir.

Figura 5 – Porcentagem da população que possui diploma de curso superior em 2008



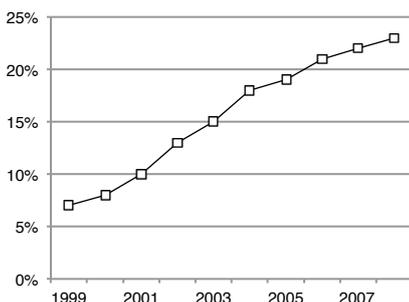
Fonte: Education at a Glance 2010: OECD Indicators

**O Brasil tem ao redor de 90% de sua força de trabalho adulta sem diploma de curso superior.**

Na ponta da esquerda da Figura 5, está a Coreia do Sul que em 2008 tinha 58% da população com 25 a 34 anos portadora de diploma de curso superior. Na outra ponta, o Brasil, com somente 11%. Mas o que chama a atenção nessa figura é que na Coreia somente 12% da população de 55 a 64 anos tinha diploma de curso superior, taxa não muito superior à do Brasil, de 9% para essa faixa etária.

O destaque desse resultado é que na Coreia a população mais velha, assim como no Brasil, não tem diploma superior. Mas na população jovem a situação é totalmente diferente: alta na Coreia, baixa no Brasil. A distância entre esses dois pontos mostra o esforço feito na Coreia nos últimos anos para aumentar a inclusão na Educação Superior.

Figura 6 - Taxa de Escolaridade Superior Bruta na China



Fonte: UNESCO

Outro país que merece um comentário à parte é a China. Em praticamente dez anos, a taxa de escolaridade superior triplicou, indo de 7% para 23%. Para um país com 1,3 bilhões de habitantes, cada ponto percentual a mais na taxa de escolaridade representa milhões de alunos. Ainda que a taxa seja numericamente baixa em termos mundiais, considerando a dimensão continental desse país e seu histórico atraso sócio-cultural, dá para se prever o impacto desse crescimento na economia chinesa nos próximos anos.

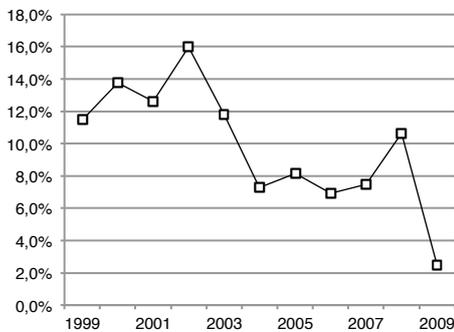
# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

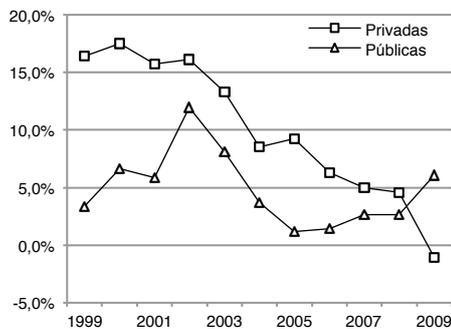
## O caminho até os 10 milhões

### O ciclo de crescimento está se esgotando

Figura 7 - Crescimento total das matrículas em cursos presenciais e a distância



Fonte: INEP/MEC



Fonte: INEP/MEC

Para que o Brasil atinja a marca de 10 milhões de alunos em 2020, é necessário que cresça 4,8% ao ano em média até lá. A Figura 7, todavia, mostra uma quebra acentuada na taxa de crescimento das matrículas totais (presenciais e a distância), com um crescimento de somente 2,5% em 2009. Antes disso, as taxas de crescimento sempre estiveram acima de 4,8% ao ano.

Para entender a natureza dessa queda, é preciso analisar a performance das matrículas em cursos presenciais de IES privadas, segmento que representava 63% do total de matrículas em 2009, sendo o restante decorrente dos cursos a distância e dos cursos em IES públicas. Como pode ser notado na Figura 8, desde o ano de 2000, quando as matrículas em cursos presenciais de IES privadas atingiram seu ápice de crescimento (17,5%), ano a ano essa taxa vem caindo. Em 2005 houve uma interrupção dessa queda devido basicamente ao Prouni, mas logo em seguida o movimento de queda retomou sua marcha a ponto de chegar a um valor negativo em 2009, pela primeira vez desde 1992. Esse segmento parou de crescer.

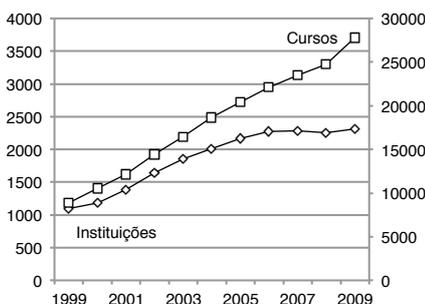
Por outro lado, as matrículas em cursos presenciais de IES públicas vêm aumentando sua taxa de crescimento desde 2005, principalmente devido aos programas de incentivo do Governo, como o Reuni e a abertura de novas universidades federais. Em 2009, a taxa de crescimento do setor público foi maior que a do setor privado, fato que não acontecia desde 1995.

Todavia, como o setor público representa apenas uma pequena parcela do total, seu crescimento não foi suficiente para mitigar a queda do setor privado, fazendo o conjunto total aumentar apenas cerca de 150 mil matrículas de 2008 para 2009. É muito pouco para quem precisará crescer ao redor de 360 mil alunos por ano.

### A ampliação da oferta não irá sustentar um novo ciclo de crescimento

Basicamente, o crescimento observado no setor privado deu-se pela expansão da oferta, através do credenciamento de novas instituições e do lançamento de novos cursos. Em 10 anos, dobrou o número de instituições, passando de 1,1 mil para 2,3 mil. Os cursos triplicaram, passaram de 9 para 28 mil.

Figura 9 - Número de instituições e cursos da Educação Superior



Fonte: INEP/MEC

Tabela 2 – Evolução do número de cursos por instituição

Ano	IES	Cursos <sup>1</sup>	Cursos por IES
1999	1.097	8.878	8,1
2000	1.180	10.585	9,0
2001	1.391	12.155	8,7
2002	1.637	14.399	8,8
2003	1.859	16.453	8,9
2004	2.013	18.644	9,3
2005	2.165	20.407	9,4
2006	2.270	22.101	9,7
2007	2.281	23.488	10,3
2008	2.252	24.719	11,0
2009	2.314	27.827	12,0

Fonte: INEP/MEC, <sup>1</sup> somente cursos presenciais

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

Assim, houve um aumento mais acentuado na quantidade de cursos do que na quantidade de instituições. A Tabela 2 mostra a evolução do número de cursos por instituição. Ela mostra que as IES (públicas e privadas), em média, ampliaram em 50% o portfólio de seus cursos, indo de 8 para 12 cursos por instituição, o que dá um crescimento médio anual de 4,0% no período. Nas IES públicas, esse crescimento foi mais acentuado, foi de 6,3% ao ano, contra 4,8% nas privadas.

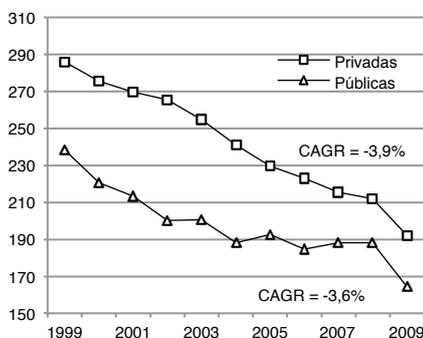
Todavia, apesar desse aumento da oferta, a quantidade de alunos por curso não acompanhou esse crescimento, ao contrário, diminuiu. A Figura 10 mostra a dramática diminuição no número de alunos por curso, tanto em IES públicas como privadas, em ritmos semelhantes. Reforçando essa tendência, o número de ingressantes por curso também caiu nesse período, a uma taxa média de 4,4% ao ano, tendo sido mais intensa nas IES privadas (Figura 11).

As IES públicas, que sempre completaram suas vagas, pela primeira vez em 2009 tiveram 4% de vagas não preenchidas. Um exemplo emblemático dessa tendência é o fato de 24% dos 11 mil aprovados no vestibular de 2011 da USP, a mais prestigiada e disputada universidade pública do País, não terem comparecidos para efetivar suas matrículas. Em 2005, esse número era de 13%.

As IES privadas, em 1999, tinham apenas 7% de vagas não preenchidas. Em 2009, esse número subiu para assustadores 51% (Figura 12).

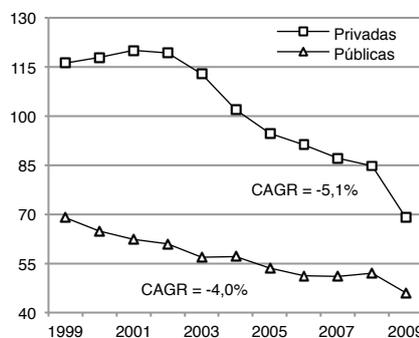
A demanda secou e as turmas ficaram vazias.

Figura 10 - Número médio de alunos por curso (presencial)



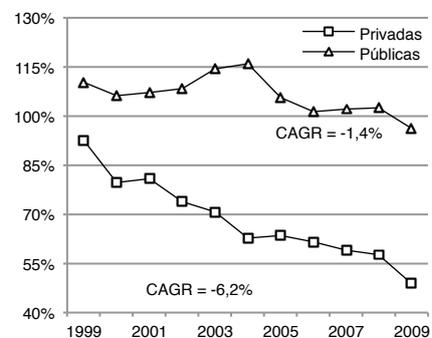
Fonte: INEP/MEC

Figura 11 - Número médio de ingressantes por curso (presencial)



Fonte: INEP/MEC

Figura 12 - Número médio de ingressantes por vaga (presencial)



Fonte: INEP/MEC

## Impedir novos cursos, porém, só vai atrapalhar

Diante de um quadro de queda de demanda, é imediata a associação com a ideia de controlar a oferta através de barreiras burocráticas e/ou regulatórias para a abertura de novos cursos. É prudente, porém, resistir à essa tentação.

Em primeiro lugar porque não existe uma aderência perfeita da oferta atual à demanda existente. Há necessidades regionais não atendidas, bem como no que se refere a determinadas características dos cursos como turno, área, modalidade (presencial e a distância) e tipologia (bacharelados, tecnológicos e licenciaturas). Uma análise macro dos dados nacionais não captura situações específicas no balanço oferta e demanda considerando essas características.

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

Além disso, implantar barreiras de entrada só irá criar reservas de mercado, privilegiando quem já está instalado. Em termos de qualidade, as reservas de mercado produzem efeitos devastadores. Quando havia abundância de demanda, fazia algum sentido, ainda que polêmico, pensar em controlar a oferta para assegurar a qualidade, já que nesse cenário, qualquer oferta seria absorvida pela demanda reprimida, mesmo as de baixa qualidade.

Mas num cenário de baixa demanda, o controle da oferta nada afeta a qualidade, pois não atinge quem já está implantado. Os novos entrantes, num cenário de alta competição, sabem que não terão sucesso com a oferta de cursos de baixa qualidade. Nesse cenário, a concorrência é benéfica para a qualidade.

## A entrada e saída de alunos na Educação Superior

### O Ensino Médio vai crescer, mas pouco

Em 2009 havia 10,7 milhões de alunos no Ensino Médio, considerando não somente o regular, mas também as Educações Profissional, Especial e de Jovens e Adultos (EJA), o que equivale a uma Taxa de Escolaridade Bruta para o Ensino Médio de 109% (o número é maior que 100% porque inclui alunos de todas as faixas etárias, não somente os de 15 a 17 anos). Destes alunos, estima-se que 2,9 milhões estariam na última série, ou seja, potencialmente aptos a ingressar na Educação Superior, conforme ilustra a Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução das matrículas no Ensino Médio (EM)

Ano	População 15 a 17 anos <sup>1</sup>	Alunos EM Regular <sup>2</sup>	Alunos EM não Regular <sup>3</sup>	Alunos EM totais <sup>4</sup>	Taxa de escolaridade bruta <sup>4</sup>	Alunos na última série do EM <sup>3</sup>	Taxa de conclusão do EM <sup>4</sup>
1999	10.805.008	7.769.199	871.050	8.640.249	80,0%	2.293.787	26,5%
2000	10.880.356	8.192.948	1.120.143	9.313.091	85,6%	2.535.786	27,2%
2001	10.836.769	8.398.008	1.303.812	9.701.820	89,5%	2.630.190	27,1%
2002	10.700.113	8.710.584	1.302.562	10.013.146	93,6%	2.737.735	27,3%
2003	10.545.913	9.072.942	1.683.357	10.756.299	102,0%	2.815.507	26,2%
2004	10.451.589	9.169.357	2.171.169	11.340.526	108,5%	3.033.852	26,8%
2005	10.315.318	9.031.302	2.180.986	11.212.288	108,7%	3.095.823	27,6%
2006	10.132.649	8.906.820	2.280.593	11.187.413	110,4%	3.080.942	27,5%
2007	9.945.207	8.369.369	2.288.230	10.657.599	107,2%	2.892.356	27,1%
2008	9.832.952	8.366.100	2.414.086	10.780.186	109,6%	2.976.518	27,6%
2009	9.820.320	8.337.160	2.379.714	10.716.874	109,1%	2.944.244	27,5%

<sup>1</sup> Fonte: IBGE, <sup>2</sup> Fonte: Censo Ed. Básica - INEP

<sup>3</sup> Estimativas do autor a partir de dados do INEP, inclui Ed. Profissional, EJA e Ed. Especial

<sup>4</sup> Calculado pelo autor

Em termos de cenários futuros, há uma perspectiva que a Taxa de Escolaridade Bruta para o Ensino Médio aumente para os próximos anos. A proposta do MEC para o novo PNE de 2011-2020 fala em “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos” (refere-se somente ao Ensino Médio Regular). Como em 2009 esse atendimento estava na faixa de 85%, o PNE projeta um crescimento de 17% na Taxa de

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

Escolaridade do Ensino Médio. É razoável supor, assim, uma Taxa de pelo menos 120% (era 109% em 2009) em 2020.

Considerando que o IBGE que projeta uma população de 15 a 17 anos de 10,1 milhões para 2020 e a uma Taxa de Escolaridade de 120%, é bem provável que o Ensino Médio chegue a algo como 12,1 milhões de alunos. Como em média 27% desses estão na última série, pode-se estimar em 3,3 milhões de alunos aptos ao ingresso na Educação Superior em 2020. Em 2009 eram 2,9 milhões, portanto um crescimento de 11%.

Esse crescimento, entretanto, é bem inferior ao que se espera das matrículas totais da Educação Superior, que é de 67% (de 6 para 10 milhões). Ou seja, conclui-se que não será o aumento da pressão de entrada pelo Ensino Médio que o Brasil conseguirá atingir a marca de 10 milhões de matrículas.

O que deve ser considerado como opção, nesse caso, é diminuir a porcentagem de pessoas que concluem o Ensino Médio e param de estudar. A Tabela 4 mostra que nos últimos anos houve um aumento substancial na Taxa de Ingresso na Educação Superior, subindo de 43,3% em 1999 para 69,4% em 2009. Os dados são brutos, não significa que todos os ingressantes de um ano tenham concluído o Ensino Médio no ano anterior, mas servem como referência para ilustrar o crescimento dos últimos anos e que há ainda algum espaço para crescer.

Tabela 4 – Taxa de ingresso na Educação Superior

Ano	Alunos na última série do EM <sup>1</sup>	Ano	Ingressos na Educação Superior <sup>2</sup>	Taxa de Ingresso <sup>3</sup>
1998	2.002.512	1999	866.608	43,3%
1999	2.293.787	2000	1.041.037	45,4%
2000	2.535.786	2001	1.212.891	47,8%
2001	2.630.190	2002	1.431.893	54,4%
2002	2.737.735	2003	1.554.664	56,8%
2003	2.815.507	2004	1.646.414	58,5%
2004	3.033.852	2005	1.805.102	59,5%
2005	3.095.823	2006	1.965.314	63,5%
2006	3.080.942	2007	2.138.241	69,4%
2007	2.892.356	2008	2.336.899	80,8%
2008	2.976.518	2009	2.065.082	69,4%

<sup>1</sup> Conforme calculado na Tabela 3, <sup>2</sup> Fonte: INEP, <sup>3</sup> Calculado pelo autor

## O público adulto “sem diploma” é uma alternativa

Se, de um lado, o crescimento do Ensino Médio será insuficiente para sustentar o crescimento almejado das matrículas da Educação Superior, por outro lado existe uma enorme oportunidade de atrair de volta para a escola aquelas pessoas que já concluíram o Ensino Médio, mas não possuem diploma superior.

Não existem estatísticas disponíveis sobre o tamanho exato desse “estoque” de possíveis alunos, mas alguns dados ilustram o que pode ser. Segundo dados do IBGE, em 2008 o Brasil possuía 31,8 milhões de pessoas na faixa etária de 25 a 34 anos, que é a faixa de maior probabilidade de retornar à escola para fazer um curso superior. Considerando as taxas históricas de escolaridade no Ensino Médio, é razoável supor que pelo menos metade desses concluíram esse nível educacional, ou seja, algo ao redor de 16

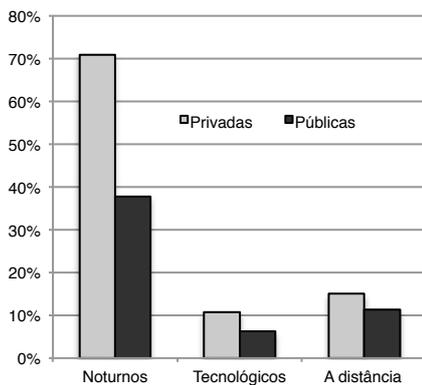
# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

milhões. Como a OCDE estima que, em 2008, somente 11% da população brasileira de 25 a 34 anos tinha diploma superior (o que dá 3,5 milhões de pessoas), chega-se então a um estoque potencial de pelo menos 12 milhões de pessoas. Ou seja, existem no Brasil cerca de 12 milhões de pessoas, com 25 a 34 anos, que terminaram o Ensino Médio e que não fizeram um curso superior.

Mas para atrair de volta à escola essas pessoas é preciso compreender suas características. A quase totalidade já está inserida no mercado de trabalho, muitos estão casados e com filhos. Para essas pessoas, voltar a estudar significa sacrificar sua jornada diária, em especial o tempo destinado ao seu convívio familiar, já que é difícil abrir mão da jornada de trabalho. Tais pessoas só podem estudar se houver a oferta de cursos que possam lhes oferecer duas condições principais: rapidez na obtenção do diploma e flexibilidade de horário para conciliar com sua jornada de trabalho.

**Figura 13 - Porcentagem de matrículas conforme o tipo de curso**

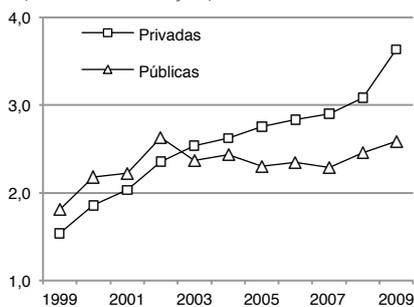


Fonte: INEP/MEC  
Turno: dados de 2008, demais de 2009

Para esse tipo de aluno, no cenário atual da tipologia de oferta, estão mais alinhados os cursos tecnológicos, os cursos noturnos e os cursos a distância. Segundo o INEP, 10% dos alunos do Brasil estudam em cursos tecnológicos (dados de 2009), 63% em cursos noturnos (dados de 2008) e 15% em cursos a distância (dados de 2009). Entretanto, ao se analisar a distribuição dessas porcentagens conforme o tipo de instituição, nota-se que as IES privadas estão com mais alunos nesses tipos de cursos, quando comparadas com as IES públicas (Figura 13).

O que pode se notar é que as IES públicas atendem, em sua maioria, o público tradicional da Educação Superior, que estuda de dia (62%), em bacharelados ou licenciaturas (94%) na oferta presencial (89%). Essas são as características típicas do recém-egresso do Ensino Médio regular, que entra na Educação Superior com 17 a 18 anos de idade.

**Figura 14 - Inscritos em processos seletivos de IES privadas e públicas**  
(em milhões de inscrições)



Fonte: INEP/MEC

A inadequação dessa oferta diante da crescente demanda por parte do adulto trabalhador está bem ilustrada com a mudança ocorrida na busca pelas IES públicas. De modo geral, historicamente essa busca sempre foi maior do que pelas IES privadas. Todavia, a partir de 2003 houve uma inversão nesse comportamento, passando as IES privadas a apresentar um número de inscritos nos processos seletivos (cursos presenciais) maior que os das IES públicas (Figura 14). Em 2009, a busca pelas IES privadas foi 40% maior que a das públicas.

Ainda que haja uma ligeira distorção nesses números, pois muitos alunos se inscrevem em mais de uma instituição, a tendência é nítida, demonstrando que existem alunos que claramente não desejam estudar em IES públicas, ainda que sejam gratuitas. Não podem, por exemplo, estudar de dia, pois trabalham nesse período.

## Não adianta aumentar a entrada, se não houver controle das perdas antes da formatura

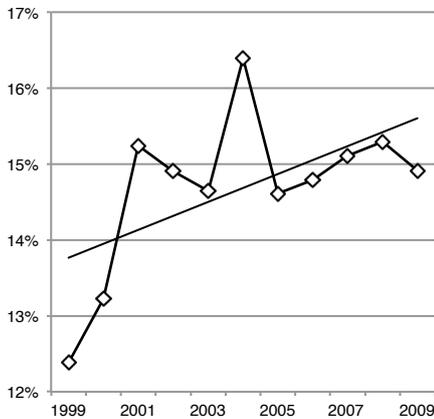
Todos os anos, quase 1 milhão de alunos abandona seus estudos na Educação Superior. A Tabela 5 ilustra as taxas de evasão em instituições privadas e públicas, com valores que oscilam ao redor de 17% e 8%, respectivamente. Como os ingressos na Educação Superior estão na faixa de 2 milhões por ano, perder 1 milhão devido à evasão é o mesmo que caminhar dando dois passos para frente e um para trás. Além disso, chama a atenção nesse cenário

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

a clara tendência de aumento da evasão para os próximos anos, conforme ilustra a Figura 15.

Figura 15 - Taxas e tendência de evasão na Educação Superior



Fonte: INEP/MEC

Tabela 5 – Taxa de evasão na Educação Superior

Ano	Número de alunos evadidos			Taxa de evasão		
	IES privadas	IES públicas	Total	IES privadas	IES públicas	Total
1999	226.903	108.145	335.048	12,9%	11,5%	12,4%
2000	309.939	100.750	410.689	14,6%	10,2%	13,2%
2001	434.864	110.166	545.030	17,2%	10,5%	15,2%
2002	518.461	91.283	609.744	17,6%	8,0%	14,9%
2003	581.189	85.873	667.062	17,4%	7,0%	14,6%
2004	669.612	146.862	816.474	18,3%	11,1%	16,4%
2005	646.806	115.242	762.048	16,6%	8,8%	14,6%
2006	688.622	123.098	811.720	16,6%	9,2%	14,8%
2007	746.932	121.474	868.406	17,0%	8,9%	15,1%
2008	791.245	126.087	917.332	17,2%	9,0%	15,3%
2009	782.282	114.173	896.455	17,2%	7,8%	14,9%

Fonte: Dados calculados pelo autor a partir do Censo do INEP/MEC

Um dos principais aspectos relacionados com a evasão é a qualidade acadêmica. Praticamente todos os que ingressam na Educação Superior têm um sonho relacionado com o seu futuro profissional. Os que ainda não estão no mercado de trabalho sonham em se ter uma boa posição na carreira que escolheram. Os que já estão no mercado, sonham com uma promoção e um aumento de salário. Todavia, quando se deparam com notas ruins, abate-lhes o desânimo e o sonho começa a ficar distante. Nos calouros, o impacto do mal desempenho acadêmico é particularmente mais intenso.

Estudo recente realizado pela Fundação Getúlio Vargas, em estudantes do Ensino Médio, aponta que a principal motivação relacionada com o abandono dos estudos é a falta intrínseca de interesse pela escola. Quando o aluno não vê progresso em sua aprendizagem, seu interesse cai e o abandono aparece. Vários outros trabalhos associam a evasão com a repetência, fato inclusive que foi a base da adoção da polêmica progressão automática no Ensino Fundamental em alguns estados do País.

O senso comum que a principal causa de evasão é a financeira não encontra respaldo nos dados e na literatura. Deve-se sempre analisar com cautela as pesquisas baseadas em consultas feitas aos alunos no momento da evasão. Além de ser constrangedor para o mesmo admitir seu baixo desempenho acadêmico, a falta de interesse pelos estudos induz a responder uma motivação financeira. Para quem não vê valor em estudar, qualquer preço lhe parece caro.

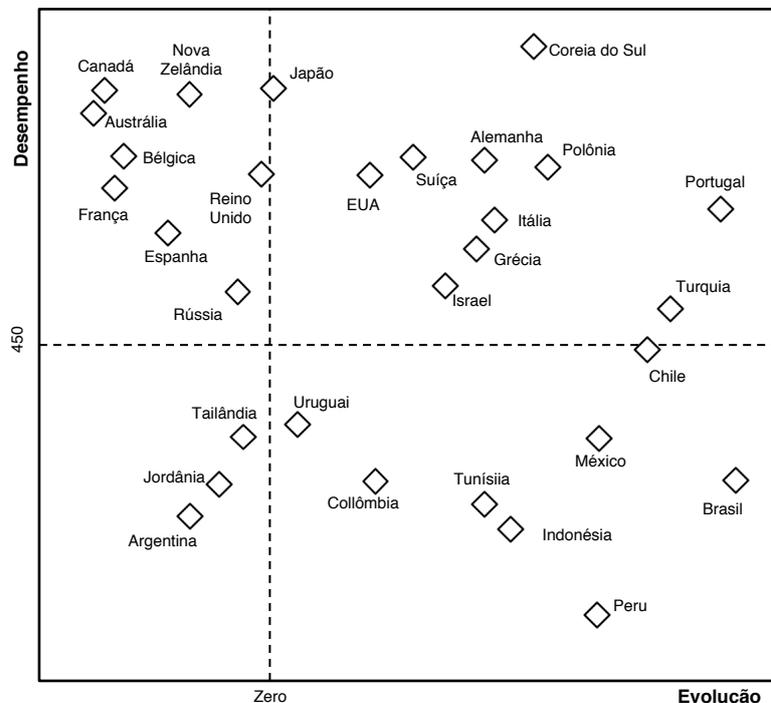
Obviamente não se pode desconsiderar o aspecto financeiro na questão da evasão, mas o aspecto acadêmico forma com o financeiro uma dupla de equilibrada importância.

## Os desafios da aprendizagem

### A ineficiência pedagógica: um fantasma a enfrentar

Há que se destacar o grande progresso que o Brasil teve no exame PISA da OCDE em 2009, que avalia o preparo educacional de jovens da Educação Básica, nos requisitos de Matemática, Leitura e Ciências. Na média, foi um dos países que mais progrediu com relação ao cenário de anos anteriores, conforme demonstra a Figura 16. Curioso notar que países altamente desenvolvidos, como Canadá, França e Reino Unido, recuaram seus resultados. Para eles, que estão no topo da avaliação, ficou difícil manter as posições conquistadas. Já a Coreia do Sul mais uma vez brilhou. Apresentou grande desenvolvimento nos últimos anos e conquistou uma das melhores posições no PISA. Ruim ficou para a Argentina, a pior do pior quadrante: baixo desempenho e evolução negativa.

Figura 16 - Desempenho e evolução de diferentes países segundo o relatório PISA da OCDE



Fonte: tabulações dos autores dos resultados PISA de 2009

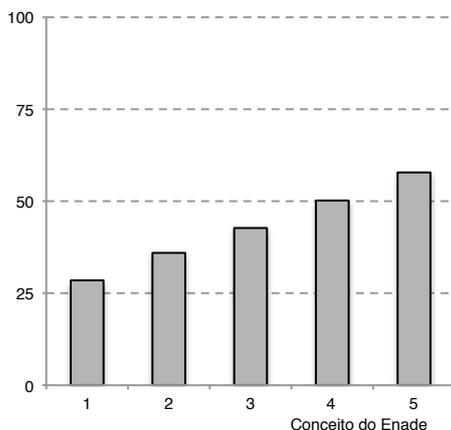
Entretanto, mesmo com esse progresso, o Brasil continua colecionando péssimos indicadores em termos de sucesso pedagógico, alinhando-se com as nações de pior desempenho educacional, no bloco com menos de 450 pontos no PISA.

São esses jovens, com essa deficiência educacional, que chegam à Educação Superior. Evidência desse fato está na nota média obtida pelos alunos ingressantes no Enade, na prova de Formação Geral, de 45 pontos, numa escala de 0 a 100, ou seja, abaixo do ponto médio mínimo. Nas IES privadas, a situação é mais dramática, pois recebem alunos com, em média, 43 pontos, contra 50 nas IES públicas (valores calculados pelo autor a partir dos resultados de 14.699 cursos que participaram no Enade nos anos de 2007 a 2009, com pelo menos 10 alunos).

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

**Figura 17 - Nota absoluta dos concluintes na prova específica do Enade (2007 a 2009)**

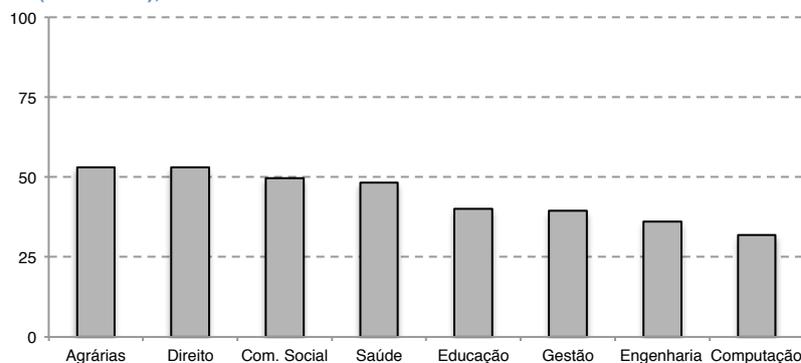


Fonte: Dados do INEP/MEC tabulados pelos autores

O reflexo desse déficit educacional é a condição com que os alunos concluem seus cursos superiores. Em média, os alunos concluintes obtiveram 42 pontos na prova específica do Enade, nos anos de 2007 a 2009. Ou seja, o egresso médio da Educação Superior não sabe nem a metade do que deveria saber. Se fosse uma prova de qualificação, o índice de reprovação seria assombroso. Quando se analisa essas notas do concluinte, conforme a faixa do Enade, vê-se que somente em cursos com conceitos 4 e 5 há o atingimento do patamar mínimo de 50%, e ainda assim, sem muita folga (Figura 17).

Analisando os resultados separadamente por curso, o que se nota é que os cursos de computação, engenharia e gestão são os que apresentam o pior desempenho (Figura 18). O ponto comum desses cursos é a necessidade do conhecimento matemático, notória deficiência dos egressos do Ensino Médio. Aparentemente, a questão da matemática parece ser um fator de alta relevância em termos de qualidade acadêmica.

**Figura 18 - Nota absoluta dos concluintes na prova específica do Enade (2007-2009), conforme a área do curso**



Fonte: Dados do INEP/MEC tabulados pelos autores

Outro ponto que chama a atenção são as diferenças regionais, conforme demonstrado na Tabela 6. Em termos de performance acadêmica o Brasil manifesta contrastes entre os estados do Sul e do Norte do País. De forma geral, os cursos das regiões Sul e Sudeste tem um desempenho acadêmico 7% melhor que as demais regiões. Essa diferença, porém, é mais evidente nas IES públicas, as do Sul têm resultados 13% melhor. Nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é mínima a diferença entre IES públicas e privadas.

**Tabela 6 – Nota absoluta dos concluintes na prova específica do Enade (2007 a 2009)**

Região	IES Privadas	IES Públicas	Total
Norte, Nordeste, Centro-Oeste	39,7	40,5	40,2
Sul e Sudeste	42,0	45,8	42,8
Total	41,6	42,9	42,0

Fonte: Dados do INEP/MEC tabulados pelo autor

## A ineficiência pedagógica ainda não está sendo enfrentada adequadamente

Atualmente, o cerne da política pública para a melhoria da qualidade acadêmica baseia-se nos procedimentos regulatórios lastreados nos processos

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

avaliativos. A lógica é quanto melhor a avaliação, mais facilidades na tramitação de processos, e quanto pior, mais restrições. Ainda que exista uma grande polêmica entre os educadores quanto ao formato e eficiência desse processo, o fato é que, certo ou não, tal mecanismo é insuficiente.

O ponto, assim, não é se o sistema atual está correto ou errado. Vejamos um exemplo: há uma grande polêmica no que se refere ao papel de doutores no cálculo do CPC (Conceito Preliminar de Curso). Uns argumentam que o peso de 20% é muito alto, outros argumentam que está adequado. Vale notar, porém, que o peso principal do CPC é a nota do Enade (e suas derivações como o IDD). Ora, se o indicador essencialmente mede o desempenho acadêmico na prova, ele em si não tem o poder de induzir melhorias. Então, ainda que sejam feitos ajustes no peso dos doutores, de nada vai mudar o fato do CPC não ser, em si mesmo, uma política pública focada na aprendizagem propriamente dita.

Do lado das avaliações in loco, os instrumentos de avaliação incorporam poucos indicadores voltados, por exemplo, para o desafio de melhorar o aprendizado de matemática ou de atender alunos que saem do Ensino Médio com sérias deficiências.

Na proposta para o Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, em tramitação no Congresso, há somente uma menção no que se refere à questão da qualidade acadêmica:

*“Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.”*

Para o atingimento dessa meta, o texto da proposta apresenta sete estratégias, que basicamente são:

1. Aperfeiçoar o Sinaes;
2. Ampliar a cobertura do Enade;
3. Induzir o processo de auto-avaliação das instituições;
4. Melhorar a qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas;
5. Elevar o padrão das universidades na forma de programas *stricto sensu*;
6. Substituir o Enade pelo Enem a fim de apurar o valor agregado dos cursos;
7. Fomentar a formação de consórcios entre as universidades públicas.

Notar que muitas dessas estratégias são vagas e não há nada específico, por exemplo, em termos de formação pedagógica dos docentes, adaptação dos projetos pedagógicos para o atendimento de alunos com defasagens do Ensino Médio, redução das desigualdades regionais, etc.

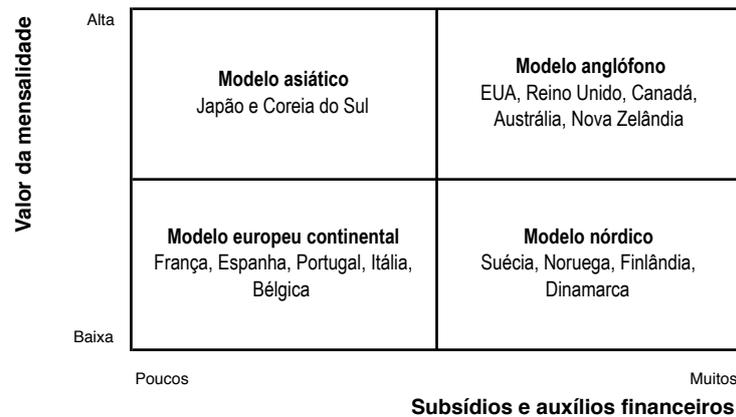
## Quem paga a conta?

### Modelos de financiamento da Educação Superior

“Quem deve bancar os custos da Educação Superior: o Estado ou o aluno?”

Essa pergunta é o centro de inúmeras polêmicas e infundáveis debates. Mesmo entre os países mais desenvolvidos, convivem modelos completamente distintos. Nos países da OCDE, por exemplo, existem quatro modelos principais, conforme ilustrado na Figura 19.

**Figura 19 - Modelo de financiamento da Educação Superior nos países da OCDE**



Fonte: OECD - Education at a Glance - 2010

No Brasil, existem dois ambientes totalmente diferentes em termos de modelo de financiamento estudantil. Nas IES públicas, existe o modelo “Europeu continental”, ou seja, os alunos não pagam e existem poucos subsídios para moradia, alimentação, etc. Muitos defendem que esses subsídios sejam maiores, desejando pelo modelo “Nórdico”.

Já nas IES privadas, existe o modelo “Asiático”, em que os alunos pagam, mas com pouco apoio financeiro para as mensalidades e outras despesas. O desafio nessa IES é ampliar o financiamento para se chegar perto do modelo “Anglófono”. Ainda assim, mais da metade dos alunos da Educação Superior no Brasil estuda com algum tipo de auxílio financeiro (nem todos 100%), conforme ilustrado na Tabela 7.

**Tabela 7 – Número de alunos da Educação Superior com auxílio financeiro em 2009**

Tipologia	Obs.	Alunos
Alunos com Prouni	1	270.000
Alunos com FIES	1	107.000
Alunos com financiamento bancário	1	30.000
Alunos matriculados em IES públicas	2	1.523.864
Alunos matriculados em IES privadas com bolsas e/ou descontos	3	1.772.063
<b>Total de alunos com algum tipo de auxílio financeiro</b>		<b>3.702.927</b> 62%
Total de alunos matriculados	2	5.954.021

<sup>1</sup> Estimativa do autor para 2009,

<sup>2</sup> Dados do INEP/MEC - 2009

<sup>3</sup> Estimativa do autor: 40% das matrículas em IES privadas - 2009

## Caminhos a seguir

### A inércia nos levará a pouco mais de 7 milhões

Conforme ilustrado anteriormente, o crescimento dos concluintes do Ensino Médio até 2020 será na faixa de 11%. Mesmo admitindo uma melhoria na eficiência da captação desses egressos, colocando-os efetivamente na Educação Superior, o crescimento dos ingressantes não será superior a 20%.

Considerando 6 milhões de alunos matriculados na Educação Superior em 2009, se for ser contatada apenas a demanda a partir do Ensino Médio, esse número não passará de 7,2 milhões em 2020. Ou seja, se nada for feito e for considerado o crescimento inercial, a meta de 10 milhões de alunos não será atingida.

Portanto, é preciso ir além da inércia. Nesse sentido, sem dúvida as questões que envolvem a ampliação do financiamento estudantil, tanto para o acesso, quanto para a permanência no sistema, são muito importantes. Iniciativas recentes do Ministério da Educação apontam positivamente para esse sentido, com a ampliação e facilitação do programa FIES.

Entretanto, a ampliação do financiamento não será suficiente para se atingir a meta de 10 milhões de alunos. O grande desafio está em enfrentar a dificuldade que os alunos têm em aprender e, como isso, melhorar a taxa de persistência dos mesmos no sistema.

Atualmente, as principais iniciativas que visam a melhoria da qualidade acadêmica relacionam-se com a atividade de pesquisa, através do estímulo à contratação de mestres e doutores e o reconhecimento da produção intelectual institucionalizada. Por trás dessas iniciativas, está a tese que o processo investigativo estimula o pensamento crítico e a capacidade de questionamento, tanto por parte dos professores, quanto dos alunos.

Não cabe aqui discutir se a atividade de pesquisa melhora ou não o aprendizado em sala de aula, há uma grande polêmica na literatura a respeito. O ponto é que ainda que seja efetivo, o foco exclusivo em pesquisa é insuficiente para melhorar o processo de aprendizado na sala de aula. Praticamente inexitem políticas que visem a modernização da prática pedagógica, tal como a didática, a oratória, a elaboração de material didático, o estudo em grupos, o ensino por competências, a problematização e os estudos de caso, só para citar alguns exemplos.

Tampouco existem iniciativas que visem preparar os professores a lidar com egressos do Ensino Médio com severas deficiências e daqueles que estão afastados dos bancos escolares há anos.

Nesse sentido, algumas iniciativas para abordar esses pontos podem incluir:

- Incentivos para a ampliação da oferta de cursos noturnos, cursos a distância e cursos tecnológicos, incluindo desburocratização de processos autorizativos em IES privadas e estímulos para que as IES públicas caminhem para essa direção.
- Aproximação das empresas e indústrias, visando criar uma campanha para que elas incentivem seus funcionários com Ensino Médio concluído a ingressar na Educação Superior.

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

- Criação de um programa nacional de reciclagem docente, com cursos rápidos de capacitação pedagógica.
- Expressiva ampliação da ênfase nas atividades de formação pedagógica nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- Incentivo para IES que possuem programas de capacitação pedagógica bem estruturados para seu quadro docente.

# Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior

Maurício Garcia, 01/05/2011

## Referências e consultas

### INEP – Sinopses educacionais

URL: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>

### IBGE – Projeções da população

Arquivo: Projecoes\_1980\_2050\_revisao\_2008.zip

Planilha: POP\_IDADES\_IMPLS\_PROJ.REV. 2008.xls

URL: [ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_Projecoes\\_Populacao/Revisao\\_2008\\_Projecoes\\_1980\\_2050/Revisao\\_2008\\_Projecoes\\_1980\\_2050](ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Revisao_2008_Projecoes_1980_2050/Revisao_2008_Projecoes_1980_2050)

### UNESCO – Taxas de Escolaridade

URL: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=167>

### OECD – Education at a Glance 2010

URL: [http://www.oecd.org/document/52/0,3746,en\\_2649\\_39263238\\_45897844\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/52/0,3746,en_2649_39263238_45897844_1_1_1_1,00.html)

PDF: <http://www.oecd.org/dataoecd/45/39/45926093.pdf>

Planilhas: <http://dx.doi.org/10.1787/888932310092>

### OECD – Dados estatísticos

URL: <http://stats.oecd.org>

### Diversos

Um em quatro aprovados desiste da USP:

URL: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/886530-um-em-quatro-aprovados-desiste-da-usp.shtml>

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre evasão

URL: <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos>

---

Maurício Garcia ([mgarcia@devrybrasil.com.br](mailto:mgarcia@devrybrasil.com.br)) é médico veterinário, mestre e doutor pela USP e MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Exerce o cargo de Vice-Presidente de Planejamento e Ensino da DeVry Brasil e é Coordenador do Comitê Técnico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.